

**Infra-estrutura** Ministério Público de Rondônia reúne avaliações de 32 especialistas em Amazônia

# Usinas do Madeira têm ação ambiental inédita

Daniela Chiaretti  
De São Paulo

Os próximos dias serão agitados em Rondônia. Mais de três mil pessoas são esperadas em Porto Velho, no sábado, para a audiência pública sobre as usinas hidrelétricas do rio Madeira — entre elas ambientalistas da WWF, Greenpeace e Amigos da Terra. No evento, além da discussão do Estudo de Impacto Ambiental aprovado pelo Ibama, será apresentado algo inédito na trajetória de grandes obras analisadas pelo crivo ambiental — o estudo de 32 especialistas de áreas diversas, alguns com fama internacional, que avaliaram o impacto da megaobra no ecossistema, na rotina das populações locais, na vida do rio, na saúde pública e até nos vestígios arqueológicos da região.

A obra da vez da União, mencionada nos debates eleitorais tanto pelo presidente Lula como por Geraldo Alckmin, é polêmica mesmo antes de sair do papel. O EIA-Rima bateu no Ibama quatro vezes em 15 meses, entre idas e vindas de pedidos de complementação técnica, até sua aprovação, em setembro. O próprio presidente Lula pediu aceleração no processo.

O complexo das usinas do Madeira, um projeto de US\$ 20 bilhões assinado pela estatal de energia Furnas e pela construtora Odebrecht, é pioneiro em vários pontos. Os lagos das duas usinas de Santo Antônio e Jirau não são cíclopicos como os de Balbina ou Itaipu, são "reservatórios a fio

d'água", dizem os empreendedores — ponto positivo na análise dos ambientalistas. Mas as usinas de Santo Antônio e Jirau são o embrião de uma hidrovía que prevê mais duas hidrelétricas, uma na Bolívia e outra binacional — o que dá arrepios nos ecologistas que imaginam a Amazônia ainda mais pressionada pelas culturas de soja. "O importante seria analisar o projeto como um todo, com a hidrovía, e não aos pedaços", diz o norte-americano Philip Fearnside, uma das maiores autoridades científicas mundiais quando o assunto é Amazônia. Fearnside, há 30 anos na região, fica baseado no Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, o INPA, de Manaus, e foi um dos especialistas convidados a analisar o EIA-Rima do Madeira.

O pedido para a realização destes estudos partiu do Ministério Público de Rondônia. "Esta é uma obra que não tem igual na região. Queríamos reunir um grupo de estudiosos com renome internacional para que olhassem o projeto com olhar amazônico", explica Ivo Benitez, subprocurador-geral de Justiça do Ministério Público do Estado de Rondônia.

Em junho, o órgão assinou um termo de compromisso ambiental com o consórcio Furnas-Odebrecht, que custearia os estudos. Uma consultoria de São Paulo, a Cobrape, ficou responsável pela coordenação dos trabalhos. Na sexta-feira passada, 800 páginas de análises produzidas pelos especialistas foram apresentadas ao Ministério

Público de Rondônia. "Tenho observado que, em grandes empreendimentos como este, o licenciamento não sai fácil", diz Benitez. "E se não fizéssemos assim, teríamos que entrar com uma ação civil pública a toda hora", assume.

Segundo ele, a iniciativa não atropela os técnicos do Ibama, a quem oficialmente cabe estudar e aprovar ou não projetos do gênero. "Não tem nenhum problema se o Ibama tem um olhar e nós, outro. As questões ambientais não são exclusivas", diz Benitez. O "olhar" dos técnicos contratados pode ser bem crítico ao projeto, mas o subprocurador-geral informa que não há "nenhum item que inviabilize a obra." O que há é uma razoável lista de "medidas mitigadoras" aos impactos ambientais.

Entre os técnicos convidados a analisarem os impactos das usinas do Madeira há botânicos do Museu Emílio Goeldi, do Pará, estudiosos de infraestrutura urbana e recursos hídricos de São Paulo, arqueólogos e especialistas em saúde pública de Brasília e Rondônia, e até o especialista em peixes Michael Golding, da Flórida. "Tudo neste projeto é único e superlativo", diz Francisco José Silveira Pereira, coordenador técnico dos estudos na Cobrape. "A nossa grande preocupação em um empreendimento como este é que os beneficiários são o Sul e o Sudeste, mas os impactos vão ficar aqui conosco."

Um dos pontos de angústia, por exemplo, é que na região a malária é endêmica, as obras vão exigir 20



Fearnside, um dos pesquisadores envolvidos: necessidade de mais estudos

mil operários e a infra-estrutura de saúde é precária. Este contingente populacional vai inchar Porto Velho, cidade onde a coleta de esgoto alcança apenas 3% das casas.

Fearnside, que estudou a questão pelos ecossistemas, diz que "há vários tipos de problemas". Um deles é o ciclo de vida dos grandes bagres que vivem no rio, e migram da foz até quase as cabeceiras, no Peru e Bolívia. "Com as barragens, não poderão fazer isso", diz ele. O EIA-Rima prevê um corredor para facilitar o caminho dos peixes. "Mas é algo nunca testado antes", ressalva Fearnside. Os peixes são importante fonte de alimento e renda

para as povoações locais.

Outra preocupação é consequência de uma característica singular do Madeira, um dos rios que mais carrega sedimentos na bacia amazônica. "Quando o rio entrar no reservatório de Jirau, o sedimento que está sendo transportado vai para o fundo do lago. Este monte de sedimentos vai continuar se acumulando e, obviamente, vai inundar mais pedaços de terra", avisa o cientista. "Pode até criar um problema internacional", diz. Existe o temor que a água inunde território boliviano. "Eu diria que o projeto das usinas do Madeira precisa de mais estudos", sugere Fearnside.

## ONG vai à Justiça contra audiências

De São Paulo

Na manhã de hoje a ONG Instituto Madeira Vivo, de Rondônia, promete entrar com uma ação no Ministério Público Federal para tentar suspender a realização das quatro audiências públicas marcadas para 8 a 11 de novembro no Estado. "Condenamos a pressa com que as audiências foram agendadas", diz o historiador Iremar Antonio Ferreira, vice-coordenador do instituto. "A população não teve acesso à complementação dos estudos que o Ibama solicitou aos empreendedores", reclama.

Há quatro audiências previstas, duas para a região de influência da hidrelétrica de Jirau e duas para a de Santo Antônio, mais próxima à capital. A primeira audiência deve acontecer dia 8, em Abunã, a 215 km de Porto Velho; a segunda, no dia 9, em Mutum Paraná; depois, no dia 10, em Jaci Paraná e finalmente no sábado, em Porto Velho.

Ocorrerá uma quinta, se depender do desejo das comunidades indígenas da região que, na semana passada, protocolaram no escritório regional do Ibama o pedido de uma audiência pública específica. A solicitação foi assinada pela Federação das Organizações Indígenas de Rondônia, Noroeste do Mato Grosso e Sul do Amazonas e pelas associações dos povos Karitiana, Kapivari e Karipuna. "O EIA-Rima não considera os povos isolados", diz Ferreira, referindo-se aos grupos que ainda não fizeram contato, fogem da frente de colonização e das quais se encontram só vestígios. Segundo ele, por ali vivem mais de dez povos isolados, sendo quatro a cinco na área de influência do projeto. (DC)